

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: UM ESTUDO NA EMPRESA ELECTRO AÇO ALTONA S/A

Prof. Rute Cristina Meurer Soares – Faculdade Sociesc de Blumenau –

rute.meurer@sociesc.org.br

Rafaela Pandini – Faculdade Sociesc de Blumenau – rafaela.pandini@outlook.com.br

1 INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a análise das demonstrações contábeis que é uma técnica que realiza de forma qualitativa os demonstrativos financeiros da empresa visando extrair um diagnóstico econômico e financeiro de sua situação atual, podendo usar informações comparativas com outros anos, e também podendo comparar com outras empresas no mercado. Este artigo irá nos trazer mais detalhadamente o que são, em quais etapas funcionam as análises e como deverá ser analisada, as análises são muito importantes para uma empresa, pois, com elas pode-se ficar atentos a respeito da sua saúde financeira.

Tem-se índices para serem calculados que ajudam a verificar se a empresa está em alguma fase crítica econômica ou financeiramente, pois consegue-se ver por meio do balanço patrimonial e demonstração de resultado em si, se a nossa empresa está com um lucro não satisfatório em relação ao capital investido, se estão as vezes próxima de não ter nenhum lucro, sendo as notas explicativas importante nesta análise para esclarecer de forma analítica os números apresentados por meio das Demonstrações Contábeis.

Neste artigo a questão problema tem como foco responder a seguinte questão problema: De que forma a análise das demonstrações contábeis, por meio de índices financeiros e econômicos, contribui na tomada de decisões na empresa?

Essa análise contribui para todas as tomadas de decisões, que pode ser a capacidade de obtenção de recursos de terceiros, se a empresa poderá expandir o seu negócio, se a empresa terá capacidade para pagar suas contas no curto prazo, sem precisar contar com recursos caros de terceiros, se poderá serem feitos investimentos para uma melhoria da empresa, entre outras informações que vem da análise das demonstrações contábeis para obtermos estas respostas.

O Objetivo Geral que norteia esta pesquisa é: Evidenciar de que forma a análise das demonstrações contábeis contribui na tomada de decisões na empresa.

De forma a alcançar o objetivo geral, houve a necessidade de reparti-lo em menor proporção, obtendo assim como objetivos específicos.

Aplicar o processo da análise das demonstrações contábeis;

Analisar os resultados obtidos;

Apresentar os índices obtidos na empresa, comentando se o resultado é satisfatório.

A análise das demonstrações contábeis precisa ser feita em todas as empresas anualmente, a todo fechamento do exercício é necessário analisar estes indicadores sim, pois assim teremos uma bússola a seguir, norteando a empresa está financeiramente e economicamente nas decisões. Na maioria das vezes uma empresa vai à falência pela falta de interesse dos sócios, por eles não terem o diagnóstico financeiro da empresa, por só desperdiçar muitos recursos e não analisar se estes proporcionam retorno.

2. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Este trabalho irá abordar sobre as análises das demonstrações contábeis, sendo de extrema relevância para saber como sua empresa está financeiramente, se ela terá capacidade de permanecer aberta, se terá capacidade para pagar suas dívidas sem ter prejuízo, sem precisar de empréstimos.

[...] a análise das demonstrações contábeis tem por objetivo observar e confrontar os elementos patrimoniais e os resultados das operações, visando ao conhecimento minucioso de sua composição qualitativa e de sua expressão quantitativa, de modo a revelar os fatores antecedentes e determinantes da situação atual, e, também, a servir de ponto de partida para delinear o comportamento futuro da empresa. [...] (BRAGA, 199, p. 124)

Em cada etapa desta análise é muito importante que sejam usados valores verdadeiros, pois, somente assim será realmente possível se ter esta noção.

Os interpretes das Demonstrações Contábeis, precisam entender de forma clara a mesma, pois a lógica do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado capaz de entregar alguns pontos de decisão.

2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Contabilidade é uma ciência que já existe há muito tempo, e da mesma forma que ela é antiga, ela vem evoluindo e se reinventando. Há um bom tempo atrás, via-se a Contabilidade apenas como um instrumento de informações solicitadas pelo Fisco, que tinha a necessidade de registrar se era devido o recolhimento de tributos para as operações da empresa. Porém, ao longo do tempo, foi percebido o valor da utilização destas mesmas informações, voltadas para o âmbito gerencial e tomadas de decisão dos rumos do negócio.

As demonstrações contábeis são importantes para uma empresa, pois, é com essas demonstrações que a empresa, caso precise, irá conseguir fazer um financiamento em uma agência bancária, terá muito mais chances de vários investidores quererem investir em sua empresa, só que para isto, é preciso que sejam usados valores reais da empresa, pois, somente assim é possível fazermos essa análise completa. As demonstrações contábeis são obrigatórias para todas as empresas, e conforme a lei nº 6.404 e o Novo Código Civil (art. 176) estabelece que as empresas precisam ter os seus balanços encerrados ao fim de cada exercício social.

Art. 176 Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício. (Lei Complementar 6.404, 15 de Dezembro de 1976).

E conforme nos diz o Art. 176, daremos início a nossa primeira demonstração que necessariamente é o Balanço Patrimonial que é um raio X completo, tanto qualitativamente quanto quantitativamente da empresa.

2.1.1 O BALANÇO PATRIMONIAL

É um demonstrativo que é básico e obrigatório, é uma apresentação completa do saldo de todos os valores que constituem o patrimônio de uma empresa ao final de cada exercício. O balanço patrimonial é dividido em dois grupos que são o Ativo onde são descritos todos os bens e direitos que a empresa possui e o Passivo onde demonstra quais são as obrigações que a empresa tem com terceiros.

Conforme Padoveze e Benedicto (2005) o balanço patrimonial é a peça mais importante da contabilidade, sua função é a evidenciação do conjunto patrimonial da entidade, que são classificados em bens e direitos no ativo e em obrigações e o patrimonial dos sócios e acionistas no passivo.

O balanço conforme (Gelbcke et al, 2018) tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa ao final de cada exercício social.

Quadro 1: Estrutura Básica do Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO
ATIVO CIRCULANTE ATIVO NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO INVESTIMENTOS IMOBILIZADO INTANGÍVEL	PASSIVO CIRCULANTE PASSIVO NÃO CIRCULANTE PATRIMÔNIO LÍQUIDO: CAPITAL SOCIAL RESERVAS DE CAPITAL AJUSTES DE AVALIZAÇÃO PATRIMONIAL RESERVAS DE LUCRO AÇÕES EM TESOURARIA PREJUÍZOS ACUMULADOS

Fonte: (Gelbcke *et al.* 2018, p.68)

O ativo conforme Reis (2003) indica qual é a natureza dos valores que a empresa aplicou seus recursos (dinheiro, estoque, bens de uso e créditos), já o passivo limita-se a fazer a indicação da origem desses recursos através de capital, lucros, fornecedores ou até mesmo através de empréstimos bancários. Todos os valores aos quais a empresa fará uso estarão do lado esquerdo do balanço, este lado é o ativo que representa um sentido produtivo e dinâmico da empresa. Na parte do lado direito do balanço que é o passivo não encontraremos nenhum valor com o qual a empresa irá trabalhar e sim quais foram suas fontes de recursos que possibilitaram ela a trabalhar com os valores no ativo, por este motivo o passivo é chamado muitas vezes de improdutivo.

O ativo deverá ser apresentado com uma ordem das contas com maior liquidez em primeiro para depois virem as que são de mais difícil liquidez, por isso, as contas vem da seguinte maneira ativo circulante (engloba todos os valores que já estão convertidos em dinheiro e os que ainda serão convertidos dentro do prazo de um ano após a data o balanço), realizável a longo prazo (engloba os valores que serão convertidos em dinheiro com o prazo superior ao de um ano, que são os valores duvidosos ou incertos que a empresa tem a receber) e permanente (são os valores que provavelmente não viraram dinheiro), são colocados nesses grupo todos os investimentos e o imobilizado, ao contrário dos outros grupos do ativo esses

valores não giram. O ativo somente é composto por itens que prometem gerar benefícios econômicos futuros aos seus investidores.

O passivo deverá ter suas contas dispostas em ordem crescente conforme os prazos de exigibilidade a que estão estabelecidos, com isso os subgrupos deveram estar dispostos nesta mesma ordem, o primeiro grupo de contas do passivo é o passivo circulante (nesta conta estão todas as obrigações que deveram ser resgatadas no prazo de um ano após o encerramento do balanço), logo após vem a conta exigível a longo prazo (são as dívidas que iram vencer com o prazo superior a um ano) e por último o patrimônio líquido (são os próprios recursos da empresa).

Para a NBC TG 1.374/11 todos os elementos que são diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeiras são ativos, passivos e patrimônio líquido, que são definidos assim:

Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;
Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos;
Patrimônio líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. (NBC TG 1.374/11, 01 de Abril de 2008)

Para Gelbcke (2018) o Ativo compreende todos os recursos que são controlados por uma entidade e destes quais esperam-se benefícios econômicos futuros. O Passivo compreende todas as exigibilidades e obrigações que aquela entidade tem, e o Patrimônio Líquido representa a diferença entre o Ativo e o Passivo que é o valor líquido que aquela empresa possui.

Partindo do Balanço Patrimonial, iremos abordar o tópico sobre a Demonstração do Resultado do Exercício, onde poderemos obter uma resposta mais concreta sobre os lucros/prejuízos da entidade.

2.1.2 O DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS

A demonstração do resultado do exercício mais conhecida como DRE conforme (Reis, 2003) é uma peça muito importante para a contabilidade, pois ela mostra todo o resultado das operações sociais, ou seja lucro ou prejuízo, essa demonstração visa mostrar todo o resultado operacional (todos os valores de operações principais e acessórias da empresa) que é provocado pela movimentação dos valões que estão no ativo, e visa também o resultado líquido do período (o valor que ficou à disposição dos sócios para ser retirado).

A demonstração do resultado do exercício (DRE) visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do patrimônio líquido. O lucro (ou prejuízo) é resultante de receitas, custos e despesas incorridos pela empresa no período e apropriados segundo o regime de competência, ou seja, independentemente de que tenham sido esses valores pagos ou recebidos (NETO, 2015, p. 83).

A DRE conforme (Reis,2003) mostra de forma lógica e ordenada todos os fatores que influenciaram tanto para mais quanto para menos o resultado daquele período, por este motivo é um instrumento de grande valor para uma análise econômica da empresa, e com esta análise é possível se tomar decisões melhores para a sua empresa.

QUADRO 2: Demonstração do Resultado do Exercício

RECEITAS OPERACIONAL BRUTA
(-) Impostos incidentes sobre Vendas
(-) Devoluções e Abatimentos
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
(-) Custo dos Produtos e Serviços Vendidos
(=) LUCRO BRUTO
(-) Despesas Operacionais
(-) Gerais e Administrativas
(-) de Vendas
(-) Financeiras Líquidas
(-) Despesa Financeira (-) Receita Financeira
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS
Equivalência Patrimonial
Resultados de Outras Participações
Outras Receitas Operacionais
(=) LUCRO OPERACIONAL
Resultados Não-operacionais
Correção Monetária do Exercício
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR E CSLL
Provisão para IR e CSLL
Participações dos Empregados, Administradores e outras Participações
LUCRO/ PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

Fonte: (PADOVEZE E BENEDICTO, 2005, p. 37)

Conforme a Lei nº 6.404/76 faz uma definição de DRE, esta deverá ser apresentada em forma dedutiva, com os detalhes necessários de todas as receitas, despesas, ganhos e perdas e definindo claramente o lucro ou o prejuízo que teve no exercício. (GELBCKE et al, 2018 apud Lei 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976).

A DRE se inicia pela receita bruta e após esta etapa vem todas deduções necessárias para se chegar no resultado líquido do exercício que pode ser tanto positivo quanto negativo.

Receita bruta ou receita de vendas corresponde ao faturamento dos valores vendidos ou dos serviços, ou seja, é a soma de todas as notas fiscais que foram emitidas pela empresa naquele exercício. Conforme (Neto, 2015) a receita bruta refere-se ao total dos valores de vens e serviços prestados, algo muito importante é certificar-se que todas essas receitas foram registradas quando houve a realização da venda, independentemente de sua data de vencimento.

Deduções são todos os valores que não considerados receita, por exemplo o cancelamento das vendas, as devoluções, os abatimentos que foram concedidos por causa de defeitos no produto e também os impostos que compõem o valor da receita. Todos estes itens serão diminuídos para poder obtermos a receita líquida de venda.

Conforme Reis (2003) a receita líquida conforme foi explicado cada item acima é a receita bruta menos as deduções. Após a etapa da receita líquida chegamos na parte do custo dos produtos vendidos (CPV) que são todos os valores que foram gastos para realizar a venda dos produtos, desde a matéria prima até os custos com o pessoal na hora da produção dos produtos, o CPV será diminuído do valor da receita líquida gerando assim o lucro bruto da

empresa. Após encontrarmos o valor do lucro bruto teremos que fazer as deduções das despesas operacionais da empresa, que são as despesas administrativas, despesas com venda, e se tivermos receita operacional (são as participações em outras empresas) deveremos somar e não diminuir. Após serem feitas todas as deduções e adições chegaremos ao valor do lucro bruto antes dos impostos (que será a base para o cálculo do IRPJ e CSLL) então faremos a diminuição dos impostos para enfim sabermos qual foi o lucro ou prejuízo da empresa.

Por este motivo e por ser tão complexa a DRE é um importante documento para a empresa fazer a análise de como está a sua empresa financeiramente. Partimos da análise da DRE para uma análise de toda a operação em dinheiro da empresa feita naquele exercício, temos a seguir a chamada DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa) que é toda a análise de tudo que se foi gasto e recebido naquele exercício.

2.1.3 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO CAIXA

Conforme Neto (2015) a demonstração do fluxo de caixa (DFC) ela é uma demonstração obrigatória para as companhias abertas. O DFC nos permite analisar principalmente qual a capacidade financeira da empresa, honrar todos os compromissos da empresa perante terceiros (empréstimos e financiamentos) e com acionistas (dividendos). O demonstrativo oferece informações muito importantes sobre o fluxo de pagamento e recebimento da empresa em determinado período, e quais foram as influências que esses resultados geraram para o caixa da empresa.

Conforme Junior e Begalli (2002) quando se é citado fluxo de caixa, deveremos entender que se tratam diretamente das contas de liquidez imediata como por exemplo caixa, bancos conta movimento, ou seja, tudo aquilo que a empresa tem disponível naquele momento. Para a elaboração do DFC podem ser utilizados dois métodos o direto e o indireto.

O método direto demonstra todos os pagamentos e recebimentos decorrentes da atividade operacional das empresas: as compras a vista, o pagamento das duplicatas decorrentes das compras a prazo, o pagamento das despesas operacionais com salários, encargos, demais despesas administrativas, gerais e comerciais; as vendas a vista, o recebimento das duplicatas por vendas a prazo e outros recebimentos decorrentes das atividades sociais da empresa (JUNIOR e BEGALLI, 2002, p.266). O método indireto parte do resultado das operações sociais, isto é, o lucro líquido do período, ajustado pelas despesas e receitas que não interferem diretamente no caixa ou disponibilidades da entidade, tais como depreciações, amortizações, exaustões. A forma de elaboração desse método assemelha-se a DOAR (JUNIOR E BEGALLI, 2002, p.266).

Conforme Reis (2003) a DFC irá indicar quais foram as alterações que ocorreram no caixa em determinado exercício, essas alterações serão segregadas em fluxos operacionais, dos financiamentos e de todos os investimentos.

2.1.4 NOTAS EXPLICATIVAS

As notas explicativas são um importante instrumento de informações da empresa, pois, tudo aquilo que não conseguimos visualizar em suas demonstrações, as notas irão nos trazer detalhadamente o que compõe cada conta do Balanço.

As notas explicativas são informações complementares das demonstrações contábeis conforme (Gelbcke et al, 2018), elas podem estar expressas em forma descritiva ou em formato de quadros analíticos, ou até mesmo englobar alguma outra demonstração contábil que foi necessária para um melhor esclarecimento de resultado e situação financeira da empresa.

Conforme Reis (2003) as notas explicativas complementam as demonstrações financeiras. Deveram indicar quais foram os principais critérios de avaliação do patrimônio da empresa, em especial os estoques, deveram conter todos os cálculos de depreciação, amortização e exaustão.

Conforme Neto (2015) normalmente as notas explicativas deveram ser apresentadas ao final das demonstrações financeiras, as notas explicativas são obrigatórias para as companhias abertas. São um complemento das demonstrações contábeis. As notas explicativas perante a lei precisam conter as seguintes características abaixo:

- a. Todas as informações adicionais não destacadas nas demonstrações contábeis publicadas, e entendidas como importantes para uma melhor avaliação dos resultados;
- b. os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, carteiras de recebíveis e aplicações financeiras, cálculos de depreciação, amortização e exaustão, constituição de provisões para riscos etc.;
- c. os investimentos em outras sociedades, quando relevantes;
- d. os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais e contingentes;
- e. as taxas de juros, datas de vencimentos e as garantias oferecidas nas obrigações de longo prazo;
- f. o número, espécies e as classes das ações que compõem o capital social da empresa;
- g. as opções de compra de ações outorgadas e efetuadas no exercício;
- h. os ajustes de exercícios anteriores;
- i. os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia (NETO, 2015, p.109).

Conforme Hungarato e Costa (2004) nos fala, as notas explicativas são informações muito importantes e complementares que buscam esclarecer do modo mais transparente possível os resultados e a situação financeira atual da empresa. Partimos dessas análises das demonstrações para a análise dos índices, para verificarmos em números mais específicos como está indo financeiramente a empresa.

Portanto as notas explicativas são muito importantes para a análise detalhada da empresa, sem essas notas os possíveis investidores da empresa, não teriam como saber se valeria a pena um investimento, pois, mesmo os acionistas não saberiam informar detalhadamente tudo o que ocorre dentro da empresa.

2.3 ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA

Os tópicos a seguir iram falar sobre os índices que existem para se fazer análise em empresas, para analisarmos estes indicadores, precisamos saber interpretar os valores que eles nos trazem, (Marion, 2001) fala que o analista deverá ter uma série de cuidados ao fazer a análise, pois, muitas vezes podem dar uma falsa impressão da situação.

2.3.1 INDICE DE LIQUIDEZ

Os índices de liquidez avaliam a capacidade que a empresa tem de pagar as suas dívidas de frente com suas obrigações, o resultado destes índices deverá ter uma análise constante pelos gestores da empresa.

Conforme Padoveze e Benedicto (2005) a palavra liquidez significa qual a disponibilidade em moedas que a empresa tem para suprir os seus gastos. Liquidar significa a extinção das obrigações, os índices de liquidez fazem uma medição de seus bens e direitos (ativo) serão suficientes para a liquidação de uma dívida da empresa.

Segundo Marion (2001, p. 81) “São utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos.”

Os indicadores de liquidez procuram evidenciar a condição da empresa de saldar suas dívidas. São indicadores extraídos apenas do balanço patrimonial, razão por que são considerados indicadores estáticos. Quer dizer que, no momento seguinte, poderão ser alterados por evento que modifique os elementos patrimoniais são utilizados para medir a liquidez (PADOVEZE E BENEDICTO, 2005, p. 132).

Como foi visto até o presente momento, para o cálculo da liquidez da empresa, todas as informações serão retiradas do balanço patrimonial e para isso precisam ter a forma de como calcular, o quadro abaixo nos mostra quais informações são necessárias para o cálculo desta liquidez.

Quadro 3: Indicadores de liquidez

INDICADORES	FÓRMULAS
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque} - \text{Despesas do Exercício Seguinte}}{\text{Passivo Circulante}}$
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$

Fonte: PADOVEZE E BENEDICTO, 2005.

O índice de liquidez corrente conforme (Reis, 2003) permite a verificação de capacidade de pagamento a curto prazo das dívidas. Conforme (Padoveze E Benedicto, 2005) este índice é considerado o principal pelo fato desta medição da capacidade de saldar as dívidas, este índice relaciona todo os ativos que são realizáveis a curto prazo, que foram classificados nas demonstrações financeiras da empresa. Neste índice é considerado um bom resultado quando passa de 1,00, quando se está abaixo disto quer dizer que a empresa naquele momento não teria condições de cumprir com seus compromissos a curto prazo.

O índice de liquidez seca é calculado sem seus estoques para se ter uma base de da capacidade de seus pagamentos mais líquidos (PADOVEZE E BENEDICTO, 2005).

É importante salientar que a análise desse indicador deve levar em conta, necessariamente, o tipo de empresa. Empresas comerciais tendem a ter estoques mais facilmente realizáveis que as empresas industriais. Portanto, a velocidade com que os estoques do comércio se transformam em dinheiro é maior (PADOVEZE E BENEDICTO, 2005, p. 134-135).

Conforme Neto (2015) este índice tende a demonstrar qual foi a porcentagem a curto prazo das dívidas a serem salgadas, utilizando itens de maior liquidez do ativo. Segundo Reis (2003, p. 177) “torna-se, contudo, dispensável, quando a rotação dos estoques – revelada pelo índice respectivo – for rápida ou quando os estoques forem constituídos de mercadorias de fácil comercialização. Nesses casos, a situação financeira a curto prazo poderá ser apreciada apenas por meio do índice de liquidez corrente. ”

O índice de liquidez imediata segundo (Padoveze E Benedicto, 2005) de todos os índices, este é o que mais se caracteriza como liquidez, pois usa as disponibilidades, que são todos os valores de caixa, saldo de contas bancárias e as aplicações que a empresa tem naquele devido momento. Neto (2015) diz que este índice revela a porcentagem das dívidas da empresa (a curto prazo), este índice geralmente é baixo pelo fato de as empresas não terem interesse de manter recursos em caixa, banco e aplicações.

Índice de liquidez geral, este indicador conforme (Neto, 2015) revela qual a liquidez tanto a curto quanto a longo prazo da empresa, o quanto existe de direitos e deveres no circulante e no realizável a longo prazo. É utilizado este índice como uma medida de segurança de longo prazo financeira para a empresa, ela conseguirá ter uma noção de sua capacidade para saldar suas dívidas em prazos maiores.

Seguindo o contexto dos indicadores de liquidez entraremos em alguns indicadores mais específicos, veremos a seguir índices de endividamento, rentabilidade e atividade, nos tópicos abaixo serão explicados separadamente o que compõe cada um destes.

2.3.2 INDICE DE ENDIVIDAMENTO

Este índice tem a finalidade de nos mostrar qual o grau de endividamento que a empresa se encontra em determinado momento, e nos mostra também se este endividamento é composto por recursos próprios ou de terceiros, no quadro abaixo temos duas fórmulas a do endividamento e a de composição do endividamento.

Quadro 4: Índice de Endividamento

Índice de Endividamento (Participação do Capital Terceiro)	Passivo Total Patrimônio Líquido
Composição do Endividamento	Passivo Circulante Passivo Total

Fonte: (NETO, 2015, p. 158)

Conforme Neto (2015) este índice é obtido pela relação de capital próprio e o capital de terceiros. Este índice pode ser definido também, com a relação das dívidas de curto ou longo prazo com o patrimônio líquido, revelando assim o endividamento em função do passivo. Marion (2001, p. 103) diz que “na análise do endividamento, há necessidade de detectar as características do seguinte indicador:

Empresas que recorrem a dívidas como um complemento dos Capitais Próprios para realizar aplicações produtivas em seu ativo (ampliação, expansão, modernização etc.) Esse endividamento é sadio, mesmo sendo um tanto elevado, pois as aplicações produtivas deverão gerar recursos para saldar o compromisso assumido. Empresas que recorrem a dívidas para pagar outras dívidas que estão vencendo. Por não gerarem recursos para saldar seus compromissos, elas recorrem a empréstimos sucessivos. Permanecendo esse círculo vicioso, a empresa será séria candidata a insolvência; conseqüentemente, à falência. (MARION, 2001, p. 103-104).

Conforme nos fala (Padoveze E Benedicto, 2005) esse indicador tem a finalidade de transformar em percentuais toda a participação dos principais grupos do balanço patrimonial através dos valores, e também transformar em percentuais toda a sua relação com o capital próprio, que é representado pelo patrimônio líquido. De um modo geral esses indicadores nos mostram a porcentagem dos ativos que foi financiada com os capitais de terceiros e próprios e verificar de a empresa tem dependência dos recursos que vem de terceiros.

Após o conhecimento do grau de endividamento, teremos que conhecer o que está compondo essas dívidas, é onde usaremos a nossa segunda fórmula do quadro 4. Nos parágrafos abaixo seguiremos com a explicação da composição do endividamento.

Segundo Marion (2001) se a composição do endividamento estiver mais concentrada no passivo circulante (Curto Prazo), a empresa poderia ter uma série de complicações caso o mercado viesse a ter uma reversão, o que já não iria acontecer caso a concentração do endividamento estivesse no passivo não circulante (Longo Prazo). Em uma crise a empresa terá poucas alternativas, ela teria que vender seus estoques a qualquer preço, ou assumir novas dívidas a curto prazo o que certamente, teria muito mais juros e acarretaria em aumentar suas despesas financeiras. Se seu endividamento estivesse no longo prazo, caso acontecesse um revés no mercado, a empresa teria um tempo maior para fazer um planejamento de sua situação, sem ter a necessidade de se desfazer dos seus estoques.

A empresa pode apresentar índices de endividamento aparentemente alto, e que podem ser aceitos, desde que eles se encontrem no longo prazo, e que tenha rentabilidade suficiente para aumentar seu Capital Próprio.

2.3.3 INDICE DE RENTABILIDADE

Segundo Marion (2001) a rentabilidade de uma empresa é medida em função dos seus investimentos, os financiamentos dos ativos vêm das fontes de capital de terceiros, quando se tem uma administração adequada dos ativos, será proporcionado um maior retorno para a empresa. “Por outro lado, os donos da empresa querem saber quanto esse retorno (LL) representa em relação ao capital que eles (donos) investiram” (MARION, 2001, p. 139).

Quadro 5: Índices de Rentabilidade

Taxa de Retorno sobre o Investimento (ROI)	Lucro Líquido Ativo Total
Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	Lucro Líquido Patrimônio Líquido

Fonte: (MARION, 2001, p. 139)

Em inglês, ROI é Return On Investment (Retorno sobre Investimento, que é a mesma coisa que retorno sobre Ativo ou TRI); ROE é Return On Equity (Retorno sobre o Capital Investido pelos proprietários, que é a mesma coisa que Retorno sobre o Patrimônio Líquido ou TRP). (MARION, 2001, p. 139).

Marion (2001) nos diz que quando fizermos a comparação de lucro com ativo, ou de lucro com o patrimônio líquido, deveremos considerar estes dois aspectos a seguir:

Muitos conceitos de lucro poderão ser utilizados: Lucro Líquido, Lucro Operacional, lucro Bruto etc. É imprescindível que o numerador seja coerente com o denominador. Se utilizarmos o Lucro líquido no numerador, utilizaremos o Ativo Total no denominador, utilizando o Lucro Operacional no numerador, utilizaremos o Ativo Operacional no denominador, e assim sucessivamente. (MARION, 2001, p. 137 – 138).

Segundo Neto (2015) o ROE nos fornece o ganho em percentual que foi auferido pelos proprietários como uma consequência das margens de lucro, da eficiência operacional e também o planejamento eficiente de seus negócios, para cada R\$ 1,00 investido, é medido o retorno líquido do acionista. O ROI exprime quais foram os resultados das oportunidades de negócios que foram acionadas pelo banco, este índice é uma medida de eficiência que é influenciada principalmente pela qualidade de toda a lucratividade dos ativos e juros passivos, ele indica todo o retorno que foi apurado sobre o capital total que foi investido.

O retorno sobre o capital próprio pode ser desenvolvido de forma mais analítica por meio do produto do giro do capital próprio e da margem líquida. O desempenho pode também ser avaliado pelo leverage multiplicado pelo retorno sobre o investimento total (NETO, 2015, p. 341).

Partindo da rentabilidade da empresa, iremos abordar a parte de sua atividade, que é o tempo que ela levará para pagar as compras, renovar estoques e receber as vendas.

2.3.4 INDICES DE ATIVIDADE

Conforme Marion (2001) neste tópico iremos estudar quantos dias a empresa demoraria em média, para receber suas vendas, pagar suas compras e fazer a renovação de seus estoques. Quanto maior a velocidade de recebimento de vendas e renovação dos estoques para fins de análise, melhor é, mas também por outro lado quanto mais lento o pagamento de suas compras desde que não gere atrasos melhor também.

De acordo com Matarazzo (2017) existem basicamente três índices de prazo médio que poderão ser encontrados com base nas demonstrações financeiras.

Quadro 6: Índice de Atividade

PMRV	Prazo Médio de Recebimento de Vendas	360 dias x Duplicatas a Receber Vendas Brutas
------	--------------------------------------	---

PMPC	Prazo Médio de Pagamento de Compras	360 dias x Fornecedores Compras
PMRE	Prazo Médio de Renovação de Estoques	360 x Estoques Custo das Vendas
PA	Posicionamento de Atividade	PMRE + PMRV PMPC

Fonte: (MARION, 2001, p. 121-122)

Para Matarazzo (2017) todo os índices de prazo médio não poderão ser analisados individualmente, somente em conjunto, também não é recomendável se misturar a análise destes índices de prazo médio com a análise dos índices econômicos e financeiros.

Para Marion (2001, p. 118) “o ideal seria que a empresa atingisse uma posição em que a soma do Prazo Médio de Renovação de Estoques (PMRE) com o Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV) fosse igual ou inferior ao Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC). ” Sendo que desta forma, a empresa poderia vender e receber a sua mercadoria que foi adquirida, para logo após liquida-la com seu fornecedor.

Segundo Marion (2001) quando falamos sobre o Prazo Médio de Recebimento das Vendas (PMRV), não estamos apenas considerando as vendas a prazo, mas sim o total de todas as vendas, se quisermos trabalhar com este índice teremos algumas dificuldades, pois na maioria das vezes (quase sempre) não encontraremos nada discriminando qual foi o total das vendas a prazo.

Marion (2001) ressalta que na maioria das vezes surge um problema para o cálculo do Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC) é o valor das compras, já que na DRE ela não vem destacada, somente o custo das vendas. Caso trate-se de uma empresa comercial irá ser mais simples, pois, o CMV que se destaca na DRE é toda a soma do estoque inicial com as compras do período diminuindo o estoque final, para isso temos esta fórmula: $CMV = EI + C - EF$, utilizando essa fórmula chegaremos ao valor total das compras.

Conforme Matarazzo (2017, p. 266)

Aparentemente, a fórmula do prazo médio de renovação de estoque é análoga às anteriores. Há, porém, uma diferença fundamental: enquanto as duplicatas a Receber (ou a pagar) decorrem de vendas (ou das compras) passadas, os estoques relacionam-se com as vendas (a preço de custo) futuras. O correto seria, pois, tomar as vendas dos próximos meses após o balanço. [...] (MATARAZZO, 2017, p. 266)

Matarazzo (2017) nos fala da relação destes índices, o PMRE representa o tempo médio de estocagem de mercadorias, o PMRV representa o tempo decorrente entre a venda e o recebimento, já a soma destes dois prazos representa o que nós chamamos de ciclo operacional, que é o tempo entre a compra e o recebimento da venda da mercadoria.

De acordo com Matarazzo (2017) temos uma maneira correta de calcularmos estes índices, se a empresa tem uma uniformidade nos valores de compra e venda durante o ano, o cálculo destes índices irá ser satisfatórios a realidade, caso os valores de compra e venda estejam

flutuando, tiverem picos e vales entre eles, estes índices poderão ficar completamente distorcidos.

Partindo do cálculo destes índices, iremos abordar a análise da combinação dos índices.

2.4 ANALISE DE INDICE COMBINADO

A análise das demonstrações contábeis gera informações de suma importância para o gestor da empresa. Essas análises se dão a partir da extração de índices, valores e quocientes. Existem inúmeros índices e valores, porém, não é aconselhável a utilização de só um índice para dar suporte a uma decisão empresarial. Os índices combinados vêm com o intuito de propiciar maior segurança e eficácia na tomada de decisão, pois, se utiliza de vários índices oriundos de diversas demonstrações financeiras diferentes.

2.4.1 MÉTODO DE KANITZ

O método de Kanitz foi desenvolvido pelo professor Stephen Charles Kanitz, que estudava em uma faculdade de Economia e Administração da USP, este termômetro foi criado para prever a falência das empresas.

Quadro 7: Termômetro de kanitz

TERMÔMETRO DE KANITZ	
Solvência	6 – Melhor do que 90% das empresas 5 – Melhor do que 80% das empresas 4 – Melhor do que 60% das empresas 3 – Melhor do que somente 35% das empresas 2 – Melhor do que somente 19% das empresas 1 – Melhor do que somente 7,5% das empresas 0 – Melhor do que somente 2,5% das empresas
Penumbra	0 – Melhor do que somente 2,5% das empresas -1 – Melhor do que somente 2,0% das empresas -2 – Melhor do que somente 1,6% das empresas -3 – Melhor do que somente 0,8% das empresas
Insolvência	-3 – Melhor do que somente 0,8% das empresas -4 – Melhor do que somente 0,4% das empresas -5 – Melhor do que somente 0,1% das empresas -6 – Melhor do que somente 0,04% das empresas

Fonte: (BRAGA, 1999, p. 160)

Conforme nos diz Braga (1999) foi desenvolvido pelo professor e contador Stephen Charles Kanitz desenvolveu um modelo para analisar e determinar previamente com uma satisfatória margem de segurança o grau de insolvência. Ele criou um termômetro financeiro que se baseia no conjunto de alguns indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento. Segundo o próprio kanitz é essa conjunção de índices que determina a saúde financeira da empresa. De acordo com kanitz esse modelo é dividido em duas partes.

1ª parte: Determinação do “fator de insolvência” decorrente de uma ponderação estatística de cinco índices, a saber:

Rentabilidade do capital próprio

Liquidez Geral

Liquidez Seca

Liquidez Corrente

Endividamento Total

2ª parte: Aplicando-se a fórmula do Fator de insolvência, [...] (BRAGA, 1999, p. 159-160).

Segundo Braga (1999) seguindo essas duas etapas serão obtidas as seguintes respostas, Área de Solvência, as empresas que apresentarem um fator de insolvência maior que zero, serão as empresas que terão menos riscos de quebra. Área de penumbra, as empresas que apresentarem um fator de solvência entre 0 e -3 estão em uma situação perigosa, pois as perspectivas da empresa deveriam merecer um cuidado muito especial. Área de Insolvência as empresas que apresentarem fatores menores que -3 estão correndo um sério risco de entrarem em falência, que irão aumentar cada vez mais com a medida da diminuição do fator.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta etapa apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para obter as informações necessárias para conclusão desse estudo. São demonstrados a maneira que a amostra estudada foi selecionada e como os dados foram coletados.

Quanto ao objetivo desta pesquisa a mesma classifica-se como exploratória.

De acordo com Gil (2006, p.45), a pesquisa exploratória “visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, tendo como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa com aplicação de estudo de caso. De acordo com Gil (2006) a pesquisa Qualitativa, requer que o pesquisador tenha envolvimento com o ambiente pesquisado, com as pessoas e eventos procurando obter descrição completa do fenômeno em toda sua complexidade.

O estudo de caso constitui-se em um método amplamente utilizado para a execução da pesquisa exploratória, Gil (2006, p. 59) pressupõe “a existência de alguns fatores para os quais o estudo de caso é recomendável, tal como na fase inicial de uma investigação sobre temas complexos, em que se exige a construção de hipóteses ou reformulação do problema”.

O método de coleta adotado no estudo caracteriza-se como análise documental.

Gil (2006), afirma que a análise documental vale-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Os dados analisados e utilizados para desenvolver este trabalho da empresa Electro Aço Altona S/A, é uma empresa dedicada na fundição e usinagem para o fornecimento de peças em aços carbono e ligadas (baixa, média e alta liga) e em ferros ligados para aplicações especiais. A Altona é uma marca que é referencial mundial, ela está situada entre as maiores empresas brasileiras em seu ramo de segmento e ela exporta para mais de 25 países. A fabricação das peças que são em bruto ou usinadas, e tantos outros elementos qualificam a Altona como fornecedora tanto para o mercado nacional quanto para o mercado internacional.

Os dados coletados diretamente com a empresa objeto de Estudo de Caso foram analisados com foco na identificação dos controles internos relacionados ao controle gerencial de custos da própria empresa.

REFERÊNCIAS

BRAGA, HUGO ROCHA, Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação. 4 Ed, São Paulo: Atlas, 1999.

GELBCKE, ERNESTO RUBENS; SANTOS, ARIIVALDO DOS; IUDÍCIBUS, SÉRGIO DE; MARTINS, ELISEU. Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3 Ed, São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006

HUNGARATO, ARILDO; COSTA, ALEXANDER FERREIRA. Uma contribuição para entendimento das notas explicativas das empresas brasileiras do setor elétrico de distribuição sob a ótica da contabilidade societária. Disponível em: http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/2/Hungarato,%20Arildo.%20Uma%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20para%20entendimento.pdf acesso em: 02 de junho de 2019.

JUNIOR, JOSÉ HERNANDEZ PEREZ; BEGALLI, GLAUCOS ANTONIO. Elaboração das demonstrações contábeis. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, JOSÉ CARLOS, Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2001.

MATARAZZO, DANTE CARMINE, Análise financeira de balanços: abordagem gerencial. 7 Ed, São Paulo: Atlas, 2017.

NETO, ALEXANDRE ASSAF, Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 11 Ed, São Paulo: Atlas, 2015.

PADOVEZE, CLÓVIS LUIZ; BENEDICTO, GIDEON CARVALHO DE. Analise das demonstrações financeiras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

REIS, ARNALDO CARLOS DE REZENDE, Demonstrações Contábeis: estrutura e análise. São Paulo: Saraiva, 2003.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm, acessado em 26 de Maio de 2019

http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1374.pdf, acessado em 21 de Junho de 2019